

1/13  
K

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO  
NO DOMÍNIO DA AGRICULTURA**

**ENTRE**

**O GOVERNO DA REPUBLICA PORTUGUESA**

**E**

**O GOVERNO DA REPUBLICA  
DEMOCRÁTICA E POPULAR DA ARGÉLIA**

O Governo da República Portuguesa e o Governo da República Democrática e Popular da Argélia, doravante designados "Partes";

- No contexto das excelentes relações bilaterais existentes entre os dois países;
- Considerando a disponibilidade dos dois Ministérios na transferência e partilha de experiências nos domínios da agricultura, das florestas e da fileira agroalimentar;
- Animados pela vontade de criar condições favoráveis para reforçar as atividades de cooperação e de assistência mútua, e convictos de que estas conduzirão a uma melhoria das trocas comerciais;

Acordam o seguinte:

### ARTIGO 1.º

#### OBJETO

Pelo presente Protocolo de cooperação, as Partes desenvolverão a sua cooperação bilateral nos domínios da agricultura, das florestas e da fileira agroalimentar com base na igualdade de direitos e de benefício mútuo, no quadro da sua legislação respetiva.

### ARTIGO 2.º

#### DOMÍNIOS DE COOPERAÇÃO

Tendo em conta as prioridades dos dois países e a experiência adquirida, a cooperação irá abranger as seguintes áreas:

- O desenvolvimento das fileiras agrícolas;
- A transferência de material vegetal e animal;
- A proteção sanitária veterinária e fitossanitária;
- A troca de experiências em matéria de ordenamento, de desenvolvimento e de gestão sustentável dos ecossistemas florestais, de gestão das bacias hidrográficas e na luta contra a desertificação;
- A valorização dos subprodutos florestais;
- O desenvolvimento do ecoturismo em áreas protegidas;
- A agricultura biológica, a horticultura e a preservação dos recursos naturais;
- Técnicas de irrigação;
- A investigação agronómica e florestal;
- A troca de experiências em matéria de formação agrícola (programa de formação, intercâmbio de formadores...);
- O desenvolvimento da produção de alimentos para animais;
- O desenvolvimento da criação de equinos e ofícios relacionados com o cavalo;
- O encorajamento do investimento e do partenariado na produção e a valorização dos produtos agrícolas através, nomeadamente da criação de sociedades mistas que operam nos diferentes domínios como o armazenamento frigorífico, a atividade viveirista arborícola e florestal, o material de irrigação, as estufas, a maquinaria agrícola, os fertilizantes orgânicos, a avicultura, a valorização e exploração dos produtos agrícolas;
- A organização de encontros científicos (seminários, conferências...), e eventos de natureza económica (exposições, feiras, ...);

- Qualquer outro domínio de cooperação que possa ser em conjunto identificado pelas duas Partes.

### **ARTIGO 3.º** **ESTRUTURA DE COORDENAÇÃO E DE ACOMPANHAMENTO**

1. As duas Partes acordam em definir de forma precisa os objetivos da cooperação em cada uma das temáticas identificadas, bem como o estabelecimento de um acordo comum para os planos de trabalho, para atingir estes objetivos e as modalidades de os levar à prática.
2. As duas Partes comprometem-se a facilitar os contactos devidos entre as instituições adequadas e as empresas adequadas dos dois países em cada um dos domínios referidos, o que pode originar, sendo o caso, a assinatura de protocolos de aplicação entre organismos homólogos.

### **ARTIGO 4.º** **COMITÉ AGRÍCOLA**

1. Um Comité agrícola misto argelino-português, composto por responsáveis designados por cada uma das Partes, será criado para levar à prática a aplicação do presente Protocolo de cooperação.
2. O Comité agrícola misto será chamado para avaliar os projetos que lhe forem submetidos e a acompanhar a sua execução.
3. No quadro do Comité agrícola misto podem ocorrer trocas regulares sobre o progresso dos diferentes programas, segundo o plano de ação previamente estabelecido entre as duas Partes.
4. O Comité agrícola misto reunir-se-á alternadamente nos dois países, uma vez por ano, na data e no local que serão determinados no momento adequado.

### **ARTIGO 5.º** **FINANCIAMENTO**

Todas as despesas efetuadas no quadro do presente Protocolo de cooperação dependem da disponibilidade orçamental das Partes, nos termos da regulamentação em vigor nos dois países.

### **ARTIGO 6.º** **RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS**

Qualquer litígio relativo à interpretação ou aplicação deste Protocolo de cooperação será dirimido através de negociação entre as Partes, por via diplomática.

### **ARTIGO 7.º** **DISPOSIÇÕES FINAIS**

Para a Parte argelina, o presente Protocolo de cooperação entrará em vigor a partir da data da última notificação, por via diplomática, pela qual, se informa a Parte portuguesa do cumprimento dos procedimentos jurídicos internos requeridos para este efeito. Para a Parte portuguesa, o presente Protocolo de cooperação produz efeitos à data da sua assinatura. Será válido por um período de cinco

4113  
17

(5) anos, e renovável tacitamente por iguais períodos, salvo se uma das Partes notificar a sua intenção de o denunciar, por escrito e por via diplomática, com pelo menos três (03) meses antes da data do termo da sua vigência.

Qualquer alteração ou emenda efetua-se, por consentimento mútuo, pela via diplomática. Estas alterações ou emendas produzirão efeitos nos mesmos termos que os previstos para a produção de efeitos do presente Protocolo de cooperação.

A denúncia do presente Protocolo de cooperação não afetará a realização das atividades de cooperação iniciadas durante o seu período de validade.

Feito em Argel, a 28 de novembro de 2013 em dois exemplares originais, nas línguas árabe, portuguesa e francesa, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência de interpretação, o texto em língua francesa prevalecerá.

**Pelo Governo da República Portuguesa**

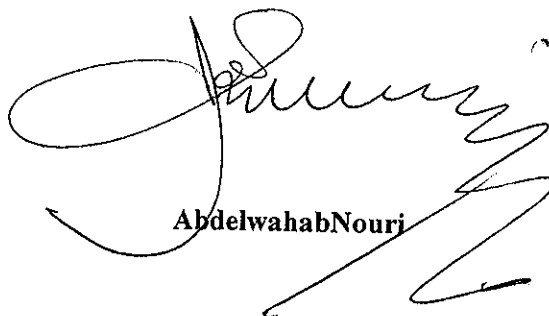
**Pelo Governo da República Democrática e Popular da Argélia**

**A Ministra da Agricultura e do Mar**

**O Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural**



**Assunção Cristas**



**Abdelwahab Nouri**

5/13  
r

**PROTOCOLE DE COOPERATION  
DANS LE DOMAINE DE L'AGRICULTURE**

**ENTRE**

**LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE PORTUGAISE**

**ET LE**

**LE GOUVERNEMENT DE LA REPUBLIQUE  
ALGERIENNE DEMOCRATIQUE ET POPULAIRE**

6/93  
12

Le Gouvernement de la République Portugaise et le Gouvernement de la République Algérienne Démocratique et Populaire, ci-après dénommés "Les Parties" ;

- Dans le contexte des excellentes relations bilatérales entre les deux pays;
- Considérant la disponibilité des deux Ministères de transférer et de partager des expériences dans les domaines de l'agriculture, des forêts et de la filière agroalimentaire;
- Animés par la volonté de créer les conditions favorables pour renforcer les activités de coopération et d'assistance mutuelle, et convaincus que celles-ci conduiront à une amélioration des échanges commerciaux;

Sont convenus de ce qui suit:

#### **ARTICLE PREMIER**

##### **OBJET**

Par le présent Protocole de coopération, les Parties développeront leur coopération bilatérale dans les domaines de l'agriculture, des forêts et de la filière agroalimentaire sur une base d'égalité des droits et du bénéfice mutuel, dans le cadre de leur législation respective.

#### **ARTICLE 2**

##### **DOMAINES DE COOPERATION**

Compte tenu des objectifs prioritaires des deux pays et de l'expérience acquise, la coopération concernera les domaines suivants:

- le développement des filières agricoles;
- l'échange de matériel végétal et animal;
- la protection sanitaire vétérinaire et phytosanitaire;
- l'échange d'expériences en matière d'aménagement, de développement et de gestion durable des écosystèmes forestiers, de traitement de bassins versants et de lutte contre la désertification;
- la valorisation des sous-produits forestiers;
- le développement de l'activité éco-touristique dans les zones protégées;
- l'agriculture biologique, l'horticulture et la préservation des ressources naturelles;
- les techniques d'irrigation;
- la recherche agronomique et forestière;
- l'échange d'expériences en matière de formation agricole (programme de formation, échange de formateurs...);
- le développement de la production des aliments de bétail;
- le développement de l'élevage équin et les métiers liés au cheval;

- 7/13  
67
- l'encouragement de l'investissement et du partenariat dans la production et la valorisation des produits agricoles à travers notamment la création de sociétés mixtes qui opèrent dans différents domaines tels que les entrepôts frigorifiques, les pépinières arboricoles et forestières, le matériel d'irrigation, les serres multichapelles, le machinisme agricole, les fertilisants organiques, l'aviculture, la valorisation et l'exportation des produits agricoles. ...;
  - l'organisation de rencontres scientifiques (séminaires, conférences...) et de manifestations économiques (expositions, foires ...);
  - Tout autre domaine de coopération qui pourrait être conjointement identifié par les deux Parties.

### **ARTICLE 3 STRUCTURE DE COORDINATION ET DE SUIVI**

1. Les deux Parties définissent de façon précise les objectifs de la coopération dans chacune des thématiques identifiées et établissent d'un commun accord des plans de travail pour atteindre ces objectifs et définir les modalités de mise en œuvre.
2. Les deux Parties s'engagent à faciliter la mise en relation des institutions compétentes et des entreprises des deux pays dans chacun des domaines cités, ce qui peut donner lieu, le cas échéant, à la signature de protocoles d'application entre des organismes homologues.

### **ARTICLE 4 COMITÉ AGRICOLE**

1. Un Comité agricole mixte algéro-portugais, composé de responsables désignés par chacun des deux Parties, sera créé pour la mise en œuvre du présent Protocole de coopération.
2. Le Comité agricole mixte est appelé à valider les projets qui lui sont soumis et à en suivre l'exécution.
3. Des échanges réguliers auront lieu dans le cadre du Comité agricole mixte sur l'avancement des différents programmes selon le plan d'action convenu entre les deux Parties.
4. Le Comité agricole mixte se réunira alternativement dans les deux pays, une fois par an, à la date et au lieu qui seront déterminés au moment opportun.

### **ARTICLE 5 FINANCEMENT**

Toutes les dépenses effectuées dans le cadre du présent Protocole de coopération dépendent de la disponibilité budgétaire des Parties, conformément à la réglementation en vigueur dans les deux Pays.

### **ARTICLE 6 REGLEMENT DES DIFFERENDS**

Tout différend concernant l'interprétation ou l'exécution du présent Protocole de coopération, sera réglé par négociations directes entre les deux Parties, par voie diplomatique.

2/93  
v

**ARTICLE 7  
DISPOSITIONS FINALES**

Pour la Partie algérienne, le présent Protocole de coopération entrera en vigueur à compter de la date de la dernière notification par voie diplomatique, par laquelle, elle informe la Partie portugaise de l'accomplissement des procédures juridiques internes requises à cet effet. Pour la partie portugaise, le présent Protocole de coopération produit effet à la date de sa signature. Il restera valable pour une période de cinq (5) années, renouvelable par tacite reconduction pour une période similaire, à moins que l'une des Parties ne notifie à l'autre, son intention de le dénoncer, par voie diplomatique, trois (3) mois avant sa date d'expiration.


Tout amendement ou modification s'effectue, par consentement mutuel, par voie diplomatique. Ces amendements ou modifications entreront en vigueur selon les mêmes formes que celles prévues pour l'entrée en vigueur de ce Protocole de coopération.

La dénonciation du présent Protocole de coopération n'affectera pas l'achèvement des activités de coopération entamées durant sa période de validité.

Fait à Alger, le 28 de novembre 2013 en deux exemplaires originaux, en langues arabe, portugaise et française, tous les textes faisant également foi. En cas de divergence d'interprétation, le texte en langue française prévaudra.

**Pour le Gouvernement  
de la République Portugaise**

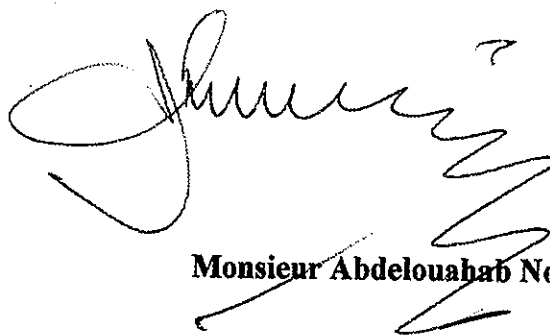
**la Ministre de l'Agriculture et  
de la Mer**



**Madame Assunção Cristas**

**Pour le Gouvernement de la République  
Algérienne Démocratique et Populaire,**

**le Ministre de l'Agriculture  
et du Développement Rural**



**Monsieur Abdelouahab Nouri**



9/43  
m

بروتوكول تعاون في مجال الفلاحة

بين

حكومة الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية

و

حكومة الجمهورية البرتغالية

إن حكومة الجمهورية الجزائرية الديمقراطية الشعبية، و حكومة الجمهورية البرتغالية؛  
المشار إليهما فيما يلي "بالطرفين"،

- في سياق العلاقات الثنائية الممتازة بين البلدين ؛
- اعتبارا لجاهزية الوزارتين لتحويل و تقاسم الخبرات في مجالات الفلاحة،  
و الغابات ، و شعبة الزراعة الغذائية ؛
- و إذ تحذوهما الرغبة إنشاء الظروف الملائمة لتعزيز نشاطات التعاون و الدعم  
المتبادل، و اقتناعا بأنها ستحسن المبادلات التجارية؛

اتفقتا على ما يلي:

### المادة الأولى

#### الموضوع

يقوم الطرفان، بموجب بروتوكول التعاون هذا، بتطوير تعاون ثنائي في مجالات الفلاحة،  
الغابات و شعبة الزراعة الغذائية على أساس المساواة في الحقوق و المصالح المتبادلة،  
و ذلك في إطار تشريعاتهما.

### المادة 2

#### مجالات التعاون

اعتبارا للأهداف ذات الأولوية لكلا البلدان و الخبرة المكتسبة، يتم التعاون في المجالات  
التالية:

- تطوير الشعب الفلاحية ؛
- تبادل المواد النباتية و الحيوانية ؛
- الحماية الصحية البيطرية و النباتية؛
- تبادل الخبرات في مجال التهينة، التنمية، و التسيير المستدام للأنظمة الإيكولوجية  
الغابية، معالجة الأحواض المائية ، و مكافحة التصحر؛

تثمين المواد الغابية الثانوية ؛

تطوير نشاط السياحة الإيكولوجية في المناطق المحمية؛

الزراعة البيولوجية، البستنة، و الحفاظ على الموارد الطبيعية؛

تقنيات الرّي ؛

البحث الزراعي و الغابي ؛

تبادل الخبرات في مجال التكوين الفلاحي ( برنامج التكوين ، تبادل المكونيين ..)

تطوير إنتاج أعلاف الماشية؛

تطوير تربية الخيل و المهن المتعلقة بالخيل؛

تشجيع الاستثمار و الشراكة في إنتاج و تثمين المواد الفلاحية لاسيما عبر إنشاء

شركات مختلطة فاعلة في مختلف المجالات كمخازن التبريد ، المشاتل الزراعية

للأشجار وأشجار الغابات ، معدات الرّي ، البيوت البلاستيكية المتعددة القباب ،

الآلات الزراعية ، الأسمدة العضوية ، تربية الطيور ، تثمين و تصدير المواد

الفلاحية ؛

تنظيم ملتقيات علمية ( أيام دراسية، مؤتمرات،...) و تظاهرات اقتصادية

( صالونات و معارض،)؛

كل مجال آخر للتعاون يمكن للطرفين تحديده معا.

### المادة 3

#### هيئة التنسيق و المتابعة

1. يسطر الطرفان ،بصفة دقيقة، أهداف التعاون في كل من المواضيع المشخصة و يضعان، باتفاق مشترك ، خطة عمل لتحقيق هذه الأهداف و تحديد كفاءات التنفيذ .
2. يلتزم الطرفان بتسهيل التواصل بين الهيئات المختصة و مؤسسات كلا البلدين في كل المجالات المذكورة، ما قد يفضي، إن اقتضى الأمر، إلى توقيع بروتوكولات تطبيق بين الهيئات النظرية.

#### المادة 4

##### اللجنة الفلاحية

1. تشكل لجنة فلاحية مختلطة جزائرية- برتغالية لتنفيذ بروتوكول التعاون هذا، و تتكون من مسؤولين يتم تعيينهم من قبل الطرفين،
2. تقوم اللجنة الفلاحية المختلطة بالمصادقة على المشاريع المعروضة عليها و متابعة تنفيذها،
3. تتم تبادلات منتظمة، في إطار اللجنة الفلاحية المختلطة، حول تقدم مختلف البرامج وفق مخطط العمل المتفق عليه بين الطرفين،
4. تجتمع اللجنة الفلاحية المختلطة بالتناوب في كلا البلدين ، مرة كل سنة، في التاريخ و المكان الذين يتم تحديدهما في الوقت المناسب.

#### المادة 5

##### التمويل

تتوقف سائر النفقات المتكبدة في إطار بروتوكول التعاون هذا على الميزانية المتاحة للطرفين، وفق التنظيم الساري في كلا البلدين.

#### المادة 6

##### تسوية الخلافات

تتم تسوية أي خلاف بين الطرفين ناتج عن تفسير أو تنفيذ بروتوكول التعاون هذا عن طريق المفاوضات المباشرة بين الطرفين عبر القناة الدبلوماسية.

#### المادة 7

##### أحكام نهائية

بالنسبة للطرف الجزائري، يدخل بروتوكول التعاون هذا حيز التنفيذ ابتداء من تاريخ آخر إشعار عبر القناة الدبلوماسية، يعلم من خلالها الطرف البرتغالي باستيفاء الإجراءات

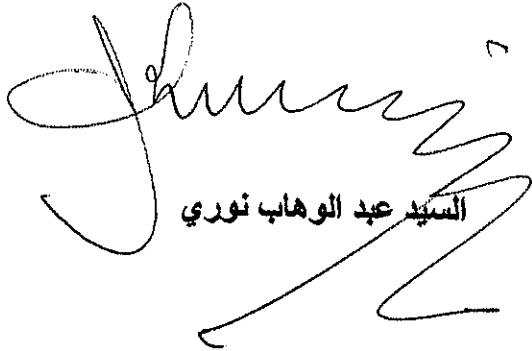
القانونية الداخلية المطلوبة بهذا الشأن بالنسبة للطرف البرتغالي ، فإن بروتوكول التعاون هذا يدخل حيز التنفيذ في تاريخ التوقيع عليه. و يبقى ساري المفعول لمدة خمس سنوات، قابلة للتجديد ضمنا لمدة مماثلة ، ما لم يخطر أحد الطرفين ، الطرف الآخر كتابيا و عبر القناة الدبلوماسية بنيته في إنهائه ، على الأقل ثلاثة (03) أشهر قبل انقضاء فترة سريانه. يمكن تعديل بروتوكول التعاون هذا، في أي وقت، بالاتفاق المشترك بين الطرفين، عبر القناة الدبلوماسية. و تدخل هذه التعديلات حيز التنفيذ باتخاذ نفس الإجراء المقرر لبروتوكول التعاون هذا.

لا يؤثر إنهاء هذا البروتوكول على إتمام نشاطات التعاون التي شرع فيها أثناء فترة صلاحيته.

حرر بالجزائر في 28 نوفمبر 2013، في نسختين أصليتين؛ باللغات العربية، البرتغالية و الفرنسية و لكل النصوص نفس الحجية القانونية. في حالة الاختلاف في التفسير، يرجح النص باللغة الفرنسية.

عن حكومة الجمهورية الجزائرية  
الديموقراطية الشعبية

وزير الفلاحة و التنمية الريفية



السيد عبد الوهاب نوري

عن حكومة الجمهورية البرتغالية

وزيرة الفلاحة و البحر



السيدة أسنتشاو كريستاس



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Arquivo Histórico - Diplomático

Fotocópia conforme o original. 1)

Lisboa, 3 de Janeiro de 2014

O Director

Margarida Jags

- 1) Constituído por 13 folios por mim numerados e rubricados.  
Versões em língua árabe, portuguesa e francesa.